

Langoni adverte para dívida nos anos 90

SÃO PAULO — A renegociação da dívida externa foi conduzida de forma impecável pelo ministro Mafson da Nóbrega, mas o Brasil precisa prestar atenção na tendência dos anos 90, quando os países em desenvolvimento deverão dispensar a negociação de dinheiro novo com os bancos e obter recursos através do capital de risco das multinacionais.

O alerta foi dado pelo economista Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central e professor da Fundação Getúlio Vargas, durante o seminário Conversão e outros mecanismos de capitalização das empresas brasileiras, organizado pela revista semanal americana *Business Week*.

Langoni, que presidiu o Banco Central em 1983, na gestão do ministro Delfim Netto, fez uma ressalva sobre a atual condução da economia, entendendo que a geração de megasuperávits na balança comercial brasileira encerra um problema: "Os bancos aplaudem os gigantescos superávits, mas esta medida não atende aos parceiros comerciais do Brasil", disse.

Forças de mercado — O argumento de Langoni é o de que a tática defensiva dos banqueiros em relação aos países endividados era esperada. Em 1983, a relação entre dinheiro novo e juros pagos era de 50% e hoje caiu para módicos 15% a 20%. Diminuiu a entrada de novos recursos, raciocina Langoni, mas o país continua a gerar grandes saldos na balança comercial, configurando a manutenção do problema representado pela transferência das reservas líquidas para o pagamento dos juros aos credores.

A tese de Langoni é que a médio prazo o Brasil não deve receber dinheiro novo nem dos bancos nem das organizações multilaterais que representam governos de países desenvolvidos. Sobra, então, o terceiro caminho, que é o das forças de mercado. "O Brasil já teve provas de que negociar com o Fundo Monetário Internacional é muito difícil", acredita.

Langoni disse que a Espanha, ao receber sem discriminação o capital estrangeiro, tem mantido uma média de investimentos de US\$ 4 bilhões anuais nos últimos cinco anos — o dobro do que o Brasil obteve na década de 70 a cada ano. Ele acredita que, se adotar igual postura, o Brasil terá condições de receber de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões de dinheiro novo por ano, principalmente através de *joint ventures*, sem precisar recorrer novamente a duras e exaustivas negociações com os bancos.

☐ O governo começa a chegar a uma perigosa encruzilhada na economia em que, fatalmente, será obrigado a definir até onde terá condições de rolar a dívida pública sem que isso tenha como consequência um processo de hiperinflação. A relação dívida pública/produto interno bruto (PIB), que era de 12,6% em 1981, subiu para 31,2% em 1987 e ameaça fechar 1988 ficando a ameaçadora marca de 37% a 38%. Esses números foram apresentados pelo economista e ex-presidente do Banco Central no governo do presidente João Figueiredo, Carlos Langoni, antes de participar do seminário da revista *Business Week*.